



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº DE 2016.

(Do Sr. Evandro Roman e outros)

Propõe que a Comissão do Esporte – CESPO fiscalize a execução das despesas dos objetos dos Termos de Execução Descentralizada nºs 64 a 68, celebrados pelo Ministério do Esporte em 2015

Senhor Presidente,

Com base nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 100, § 1º, art. 60, incisos I e II e 61 do Regimento Interno desta Casa, proponho a V. Exª que, ouvido o Plenário desta comissão, seja fiscalizada, com auxílio do Tribunal de Contas da União, a regularidade, especialmente quanto à economicidade, da execução das despesas financiadas com recursos do Orçamento Geral da União, relacionadas aos objetos dos Termos de Execução Descentralizada celebrados pelo Ministério do Esporte, listados no Anexo 1 desta PFC (Proposta de Fiscalização e Controle).

JUSTIFICATIVA

O governo federal tem atravessado uma das maiores crises financeiras de sua história. A receita pública tem caído e com isso as necessidades da sociedade estão sendo postergadas.

Apenas a título de ilustração da dificuldade orçamentária e financeira que se encontra o país, a ação orçamentária do Ministério do Esporte 20JO (Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Torcedores) teve empenhado, até 22/11/2016, o valor referente a 6,03% da dotação no Orçamento Geral da União de 2016.

Essa dificuldade nas finanças públicas federais levou a Câmara dos Deputados a aprovar a PEC 241/2016, a qual impõe teto à despesa pública. Um dos efeitos dessa medida é que, após sua aprovação, os Congressistas deverão buscar maior qualidade nos gastos públicos, combatendo desperdícios. Afinal, os recursos serão ainda mais limitados.

Nesse sentido, observamos com estranheza a celebração, pelo Ministério dos Esportes, de alguns Termos de Execução Descentralizada nos últimos dias de 2015, o que pode ser indício de que procedimentos podem ter sido acelerados para que recursos orçamentários não deixassem de ser utilizados e, com isso, perdidos. Contudo, essa pressa pode ter aumentado o risco de desperdícios de recursos públicos tão caros para a população.

Assim, solicitamos apoio dos nossos pares para a aprovação dessa Proposta de Fiscalização e Controle.

Sala da Comissão, de de 2016

Dep. Evandro Roman
PSD/PR

Dep. Cesar Halum
PRB/TO

Dep. José Rocha
PR/BA

Dep. Flávia Morais
PDT/GO

Dep. Roberto Alves
PRB/SP

Dep. Roberto Góes
PDT/AP

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº DE 2016.

(Do Sr. Evandro Roman e outros)

ANEXO 1

Termos de Execução Descentralizada objetos da PFC

Nº do Termo	Partes	Data de Assinatura	Objeto	Valor
64/2015	Ministério do Esporte e Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	23/12/2015	Estruturação e Funcionamento de “Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES”.	R\$ 759.885,53
65/2015	Ministério dos Esportes e Universidade Federal do Ceará	23/12/2015	Realização do I Simpósio de Gestão do Esporte em Unidades Esportivas: desafios do Estado na formação de uma rede nacional integrada de treinamento a ser realizado em Fortaleza/CE.	R\$285.552,00
66/2015	Ministério do Esporte, e o Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes/CEFAN	29/12/2015	Aquisição de Equipamentos/Materiais de Levantamento de Peso, necessários a Realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, e posterior legado.	RS 10.405.768,00
67/2015	Ministério do Esporte, e o Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes/CEFAN	29/12/2015	Aquisição de Equipamentos/Materiais de Levantamento de Peso Paraolímpico necessários a Realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e posterior legado	R\$ 11.122.520,00
68/2015	Ministério do Esporte a Universidade da Força Aérea - UNIFA	29/12/2015	Aquisição Instalação/Montagem, Desmontagem, Embalagem e Armazenagem de Pisos Esportivos para os Jogos	R\$ 10.516.880,22

Nº do Termo	Partes	Data de Assinatura	Objeto	Valor
			Olímpicos Paraolímpicos Rio 2016.	